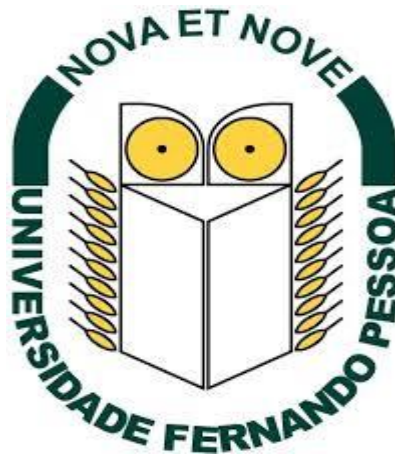


Imaculada Berit Chicomo Teca

## **O sistema de proteção de crianças e jovens em Angola**



Universidade Fernando Pessoa

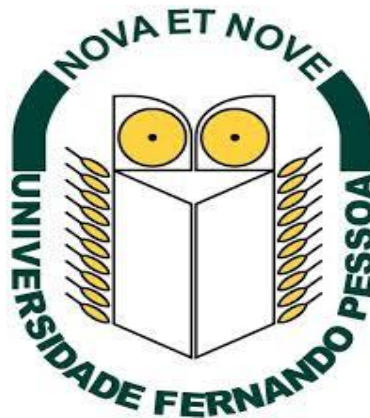
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2019



Imaculada Berit Chicomo Teca

**O sistema de proteção de crianças e jovens em Angola**



Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2019

Imaculada Berit Chicomo Teca

## **O sistema de proteção de menores em Angola**

---

(Imaculada Berit Chicomo Teca)

Trabalho apresentado à Universidade Fernando  
Pessoa como parte dos requisitos para a obtenção  
do Grau de Licenciatura em Criminologia, sob a  
orientação da Professora Doutora Sónia Caridade.

## **Resumo**

O fenómeno de crianças em situação de perigo é um fenómeno global, de maneira que, todas as crianças estão suscetíveis a serem vítimas de maus-tratos, negligência, abusos físicos, entre outras formas de violência. Nisto, os papéis da família, do Estado e da sociedade, constituem-se como grandes suportes para a efetiva proteção dos menores. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo principal perceber o fenómeno do sistema de proteção de menores em Angola, com vista a avaliar a sua adequabilidade, proporcionalidade e eficácia nas situações de perigo vivenciadas pelas crianças em contexto angolano. Para a realização deste estudo, propõe-se a utilização do método qualitativo, por intermédio de entrevista semiestruturada, dirigida à profissionais das áreas associadas à proteção de menores em Angola. Como resultado da pesquisa, pretende-se a obtenção de conteúdos que servirão para a análise do referido estudo, permitindo assim, alcançar os objetivos estabelecidos e por fim, propor soluções.

**Palavras-chave:** criança, perigo, proteção, profissionais.

## **Resume**

The phenomenon of children in distress is a global phenomenon, so that all children are susceptible to abuse, neglect, physical abuse, among other forms of violence. In this, the role of the family, the state and society constitute major supports for the effective protection of minors. In this sense, the present work aims to understand the phenomenon of the system of protection of minors in Angola, with a view to assessing its suitability, proportionality and effectiveness in the situations of danger experienced by children in the Angolan context. To carry out this study, it is proposed to use the qualitative method, through semi-structured interviews, addressed to professionals in the areas associated with the protection of minors in Angola. As a result of the research, it is intended to obtain contents that will serve for the analysis of this study, thus allowing to achieve the established objectives and finally propose solutions.

**Keywords:** child, danger, protection, professionals.

### **Agradecimentos**

A realização deste projeto de Graduação, para a obtenção do Grau de licenciatura em Criminologia, contou com importantes apoios e incentivos que sem os quais não se teria tornado uma realidade e aos quais sou eternamente grata.

À Deus, o autor e consumidor da minha vida, o qual sem o seu fôlego em mim, não se seria possível a realização deste trabalho, pela saúde, força e capacitação, que foram cruciais para chegar até aqui. A Ele toda a honra e glória.

À Professora Sônia Caridade, pela orientação, total apoio, disponibilidade, pela sabedoria em transmitir os conhecimentos, pelas opiniões e críticas, total colaboração no solucionar de dúvidas e problemas que foram surgindo ao longo da realização deste trabalho.

Aos meus irmãos, Elma, Marisa, Reginaldo e Tânia, pelo apoio, companheirismo e incentivo em todos os momentos difíceis durante este percurso, por cada palavra encorajadora, cada abraço e pelas orações.

E por último, aos meus pais, Eliezer e Manuela Teca, pelo apoio incondicional, por acreditaram em mim desde o princípio desta jornada e não medirem esforços para me verem formada, por mesmo estando distantes geograficamente, fazerem-se sempre presentes. Aos promotores da minha educação,

Tuapandula! Obrigada!

## Índice

Introdução.....	8
Capítulo I- Enquadramento teórico.....	9
1. Conceitos .....	9
1.1. Risco e perigo .....	9
1.2. Fatores de risco e de proteção.....	10
2. Crianças em situação de perigo/risco em Angola .....	11
3. A proteção de crianças em Angola.....	17
3.1. O papel do Estado.....	17
3.2. O papel de Organizações não-governamentais.....	23
4. Caracterização do sistema de proteção de menores em Portugal.....	27
Capítulo II- Estudo empírico.....	29
1. Objetivos do estudo.....	30
2. Metodologia.....	30
2.1. Participantes.....	30
2.2. Instrumentos.....	31
2.3. Procedimentos.....	31
3. Apresentação e discussão dos resultados hipotético.....	32
4. Conclusão.....	33
Referências bibliográficas.....	34
Anexos	

## **Introdução**

O presente projeto de graduação apresentado à Universidade Fernando Pessoa, para a obtenção do Grau de licenciado em Criminologia, tem como objeto o Sistema de proteção de crianças e jovens em Angola.

O interesse para a abordagem do referido tema, surgiu no decorrer do estágio curricular, na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, onde foi possível acompanhar diretamente os processos relativos à devida proteção de menores em Portugal, o que despertou o interesse em aprofundar os conhecimentos acerca da proteção de menores, porém, em Angola. A este motivo acrescenta-se o facto de constatar constantemente notícias sobre a precariedade no desenvolvimento da infância em Angola, questionando sobre o que tem sido feito neste sentido, que políticas têm sido utilizadas e se estas são eficazes para a situação de cada menor em concreto. Assim, com o presente trabalho pretendemos conhecer e perceber o sistema de proteção de crianças em Angola, com a finalidade de compreender se as ações levadas a cabo pelo Estado, têm sido eficazes para a realidade do contexto de perigo em que as crianças angolanas se encontram. Para tal, propusemos a elaboração de um estudo, de cariz qualitativo, em que procuramos por meio da metodologia de entrevista semiestruturada junto de profissionais da área de proteção de crianças e jovens em Angola, recolher informações acerca do estudo em causa, com a finalidade de propor soluções atuais. No decorrer da elaboração do presente projeto, foram realizadas diversas pesquisas de revisão bibliográfica, de forma a apresentar uma abordagem consistente e elucidativa, pese embora tenham sido encontradas algumas limitações, devido ao reduzido material existente acerca do tema.

Por fim, o trabalho tem como finalidade contribuir para uma reflexão mais profunda sobre a necessidade de se elaborar políticas de proteção de menores que se adequem ao contexto angolano em relação as situações de perigo vivenciadas pelas crianças angolanas.

O trabalho está estruturado em duas partes, a primeira relativa o enquadramento teórico, onde serão apresentados os conceitos base, o perigo e risco para a infância em contexto angolano, e por fim a resposta do Estado e de algumas ONGs, face à estas situações; a segunda parte remete à proposta de um estudo empírico, onde serão evidenciados os métodos a serem utilizados, bem como os resultados expetáveis.



## Capítulo I- Enquadramento teórico

### 1. Conceitos

#### 1.1. Risco e Perigo

Os conceitos de risco e de perigo são constantemente confundidos pois, estão estreitamente relacionados. Contudo, evidenciam circunstâncias diferentes na medida em que um representa uma probabilidade e outro, uma possibilidade, ou seja, enquanto o risco corresponde a probabilidade da ocorrência de um facto, o perigo, é a possibilidade deste facto efetivamente acontecer ou se revela causando dano (Manita, 2016).

De acordo com a Associação Portuguesa de Apoio a Vítima (2011, p. 12) “*O risco diz respeito a uma situação de vulnerabilidade, de potencial probabilidade de a criança ou jovem se ver envolvida/o numa situação de perigo que afete a concretização dos seus direitos(...) o perigo, por sua vez, refere-se a uma situação de efetiva interferência na concretização dos direitos da criança e/ou do jovem.*” De forma mais sucinta, entende-se que ambos os conceitos, aplicados à infância, revelam-se no incumprimento dos seus direitos (CNPCJR, 2016).

O conceito de risco pode estar estreitamente relacionado com a existência de uma emergência que pode colocar a vida de uma criança ou jovem em perigo, afetando a sua integridade física ou psíquica, e por isso, exige uma intervenção rápida, adequada e eficaz (art.º 5 al. C, LPCJP).

Contudo, nem sempre uma situação de risco, propicia uma situação de perigo, pois não é um fenómeno de casualidade. Porém, a probabilidade da ocorrência de uma situação de perigo é maior quando existe um conjunto de fatores combinados, conduzindo assim à situação de crise (Martins, 2014, *cit. in* Carvalho, 2015).

Embora existam documentos legais que façam menção, de forma concreta, sobre as situações de perigo na infância, autores como Almeida *et all.* (1999), aludem que para falar sobre situações de perigo, ou defini-las, é necessário ter em conta um conjunto de fatores sociais e culturais do contexto de vida da criança, pois trata-se de um fenómeno social, o que, o torna complexo. O autor mais ainda refere, que a família, que representa a primeira instituição socializadora onde a criança aprende os valores e as normas sociais, é o lugar em que estas são mais facilmente vítimas de maus-tratos e

negligência, estando expostas frequentemente ao perigo em relação a outras instituições socializadoras (Almeida, 1999, *cit. in* Ferreira, 2004).

## **1.2. Fatores de risco e de proteção**

Os fatores de risco correspondem às variáveis relacionadas a ocorrência de consequências negativas ou indesejáveis (Reppold, 2002, *cit. in* Cunha, 2016). Os fatores de risco também são definidos, como determinados comportamentos que podem ser prejudiciais ao desenvolvimento pessoal, físico, mental ou social de um indivíduo. (Maia *et all.*, 2005).

De acordo com Brancalhona (2004, *cit. in* Maia, 2005), situações de violência, como violência física, psicológica, negligência, exposição a violência conjugal, assim como abuso sexual (Azevedo 1989) direcionadas às crianças, são consideradas como fatores de risco ao seu desenvolvimento integral.

Por outro lado, existem os fatores de proteção. A literatura aponta que, através da descoberta dos fatores de risco, os investigadores chegaram a conclusão de que se existem fatores que aumentam a probabilidade da ocorrência de uma situação negativa, existiriam também fatores que diminuem esta probabilidade, sendo estes considerados então, fatores protetores (Office of the Surgeon General, 2001, *cit. in* Cunha, 2016).

Contudo, alguns autores foram mais a fundo ao apresentar os fatores de proteção não apenas como aqueles que diminuem a probabilidade de uma ocorrência negativa, mas também como fatores que podem reduzir o impacto causado por esta ocorrência, ou seja, pelos fatores de risco (Garmezy, 1985, *cit. in* Cunha, 2016). Como descreve Sani na sua obra “As crianças e a Violência” (2002, p. 32), os fatores de proteção são “*fatores que diminuem a probabilidade de resultados desadaptativos na presença do risco.*”

Por fim, os fatores de risco e os fatores de proteção compreendem um conjunto de características individuais, familiares, culturais ou sociais que, por um lado podem facilitar o processo do desenvolvimento infantil- fatores de proteção-, ou então dificultá-lo- fatores de risco- (Montano, 2006). Por essa razão, para se proceder a identificação de fatores de proteção e de fatores de risco existentes na vida da criança ou do jovem, é necessário avaliar o seu contexto geral de vida, desde as suas características individuais,

características do seu meio familiar, ao contexto sociocultural envolvente (Montano, 2006).

## **2. Crianças em situação de perigo/risco em Angola**

Antes de mais, importa apresentar uma breve caracterização do território angolano, bem como da sua população.

Angola é um país que se situa no sudeste do continente africano, apresenta uma superfície de 1246 700 km<sup>2</sup> e uma costa marítima de 1650 km banhada pelo Oceano Atlântico. O país está constituído, administrativamente, por 18 províncias, sendo Luanda a capital, e 158 municípios; tem como língua oficial, o português, contudo, existem outras línguas nacionais faladas em diversas partes do país. O país foi colónia portuguesa por 5 séculos, tornando-se independente a 11 de novembro de 1975 (Bernardo, 2015).

Relativamente à população, estima-se que é composta por um número de 13 milhões de habitantes, dos quais 60% constituem crianças e adolescentes (Samba, 2007). Segundo um estudo sobre a Estratégia Nacional de Planeamento Familiar 2017-2021, Angola é um dos países com maior taxa de fecundidade do mundo, sendo que, cada mulher, tendo uma vida sexualmente ativa, pode gerar entre 3 a 5 filhos (nas zonas urbanas), ou 2 a 8 filhos (nas zonas rurais) Jornal de Angola (2018). Em contrapartida, Samba (2007), explana que a taxa de mortalidade infantil em Angola é a maior do mundo, pelo que 1 em 4 crianças morre antes de completar 5 anos de idade, consequência de muitos fatores como a desnutrição crônica que afeta 45% das crianças e falta de acesso a água potável; a esperança média de vida é de 45,2 anos.

Todas as crianças, sem exceção, estão vulneráveis a vivenciar situações que podem colocar o seu desenvolvimento psíquico, emocional e físico em perigo, isto, através de circunstâncias do seu meio familiar, pessoal ou social. Entretanto, existem crianças que, devido a algumas variáveis se tornam mais vulneráveis em relação a outras, como o caso de crianças: pertencentes a famílias numerosas e com baixo rendimento socioeconómico, pertencentes a famílias monoparentais, portadoras de alguma doença física ou psicológica, membros de uma minoria ou separadas da família (Pringle, 1983, *et all.*, *cit. in* Ferreira, 2004).

As crianças em Angola estão expostas a diversas situações de risco, como a negligência, a exploração, o casamento infantil, a violência doméstica, o abuso sexual, as desigualdades no acesso a serviços básicos e a separação da família ou da comunidade (Carvalho, 2015). Segundo um estudo realizado pelo Instituto de Estatísticas em Angola, em 2004, Angola registou um número de 2979 crianças em situação de risco no ano de 1998, sendo que em 2001, este número cresceu para 9504. Foram identificadas situações de abandono familiar, negligência, abuso sexual, maus-tratos, abandono escolar e comportamentos desviantes em crianças e adolescentes (Cardoso, 2014).

Assim sendo, neste capítulo serão apresentadas algumas destas situações, de forma mais elucidativa.

➤ Trabalho infantil exploratório

A Organização Internacional do Trabalho (OTI, 2010, *cit. in* Daniel, 2012), conceptualiza o trabalho infantil, como todo o trabalho efetuado por menores de 18 anos de idade, dependendo da lei vigente em cada país, prejudiciais ao nível da sua saúde, desenvolvimento físico, mental, psicossocial e escolar.

O trabalho infantil constitui uma situação de perigo para a criança, pois provoca inúmeras consequências possíveis de prejudicar o seu normal desenvolvimento. Para Alberto (2010), tais consequências podem ser físicas, traduzindo-se em lesões, fraturas, ou mesmo em doenças crónicas. Respeitante a educação, o mesmo autor refere que o trabalho infantil causa baixo aproveitamento escolar, pois devido o trabalho, a frequência às aulas diminui drasticamente; da mesma forma que afeta o normal desenvolvimento do menor, sendo que, o tempo despendido no trabalho, poderia ser aproveitado para a prática de diversas atividades (desportivas, culturais ou sociais) adequadas à sua idade. Para além de causar danos a diversos níveis à criança, o trabalho infantil coloca as crianças em uma situação que as torna mais vulneráveis a serem vítimas de outras situações de risco. Segundo dados da UNICEF, crianças que efetuam trabalhos exploratórios, são constantemente vítimas de maltratos físico, psicológico, como forma de punição, castigo, ou disciplina, muitas são abusadas sexualmente ou sofrem por aliciamento e tentativa de abuso (Daniel, 2012).

No caso específico de Angola, segundo dados do Instituto Nacional de Bem-estar e Popular em Angola (INBEP, 2009) 20% das crianças angolanas realizam trabalhos considerados exploratório, sendo que 21% deste trabalho é efetuado por crianças do sexo feminino, e 20% por crianças do sexo masculino; estima-se que o trabalho infantil é mais frequente nas zonas rurais- 32%- em comparação às zonas urbanas- 11%- (Daniel, 2012).

Foi realizado em Angola, o Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS, 2015-2016), abordando vários aspetos relacionados a saúde, e dentre eles o trabalho infantil em Angola, o objetivo foi inteirar-se sobre o tipo de trabalho que as crianças de 5 a 17 anos de idade realizam, bem como o número de horas despendidas nestas atividades. Deste inquérito revelaram-se os seguintes resultados: 10% de crianças, com idades compreendidas entre 5 a 17 anos, efetuam atividades económicas, consideradas atividades desenvolvidas em empresas da família, estas podem ser remuneradas ou não, por outro lado 12% efetuam atividades de caráter doméstico, ou seja, trabalhos que envolvem confeccionar alimentos, limpar a casa, cuidar de outras crianças etc.; e por último, exposição a condições de trabalho perigosas, que, como o nome indica, contemplam atividades de caráter perigoso para crianças, na medida em que, implicam o manuseamento de equipamentos perigosos, como explosivos, produtos químicos, carregamento de pesos, exposição constante a fumos, poeira, gás, humidade ou calor excessivo, entre outras situações consideradas prejudiciais para a saúde e segurança da criança. Sendo assim, um total 23% de crianças entre os 5 e 17, efetuam trabalhos infantis em Angola.

Um dos fatores que influencia o trabalho infantil em Angola, apontado por Bahu (2013), é o financeiro, muitas crianças são forçadas a exercer trabalhos de vendas ambulantes, lavagem de carros, serviços domésticos, para providenciar sustento às suas famílias, estando expostas constantemente ao perigo.

#### ➤ Maltrato físico

Guelles (1989, *cit. in* Alberto, 2010) conceptualiza o maltrato físico como todos os comportamentos violentos dirigidos à criança, de caráter físico, traduzindo-se em torturas, queimaduras intencionais com pontas de cigarro ou submersão em água quente, a ação de bater na criança com cintos, chicotes, etc.

Como a própria definição indica, existem muitas formas de maltrato físico infantil, dentre estas importa referir o caso de queimaduras intencionais, perpetradas contra algumas crianças angolanas. De acordo com Cardoso (2014), muitas crianças angolanas sofrem de abuso físico por forma de queimaduras por razões relacionadas com crenças e religião – crianças acusadas de feitiçaria e de possessão demoníaca, são sujeitas a queimaduras, como método de tratamento e de cura; outras sofrem de queimaduras, por negligência parental - em casa, as crianças (adolescentes na sua maioria) são responsáveis por ligar os geradores elétricos, acender velas e candelários, aquando a falta de luz elétrica, que muitas vezes resultam em incêndios e até mesmo em mortes.

Um estudo realizado na província de Luanda, sobre o abuso físico contra crianças por meio de queimaduras, no Hospital dos Queimados “Neves Bendinha”, revelou que cerca de 47% das causas de queimaduras eram por negligência, na sua maioria queimadura por *splash*, 20% por abuso físico, do qual a ação mais predominante foi a submersão do corpo da criança em líquido quente, sendo 33% por acidente, causados mais frequentemente por incêndios; as vítimas que fizeram parte deste estudo tinham em média 7 anos de idade, dentre elas 50% eram crianças menores de 5 anos de idade (Cardoso, 2014).

Ainda no que diz respeito ao maltrato físico, importa referir que uma das causas mais atual e pertinente, é o fenómeno das acusações de feitiçaria contra crianças. Segundo um estudo realizado por Pereira (2008) estas acusações surgem no seio familiar e social, por vizinhos e parentes do menor, que alegam que este, por meio das forças espirituais do mal, provoca doenças, abortos, mortes e problemas financeiros à família. Como consequência destas acusações, as crianças estão sujeitas a variadas formas de maus-tratos por parte da própria família, muitas fogem ou são expulsas de casa, outras são alvos de tratamentos que envolvem torturas, reclusão, jejuns prolongados e medicações agressivas, de forma a serem saradas, (Pereira, 2008).

Devido ao fenómeno cultural, muitas formas de violência são perpetradas contra as crianças angolanas nos seus variados níveis, pois não são expressamente proibidas no país (*International Bureau for Children's Rights*, 2016). Um retrato fiel a esta afirmação são os castigos corporais de que muitas crianças são vítimas nas escolas, por parte dos professores, aprovados pelos encarregados de educação, pois são aceites como

práticas que promovem a aprendizagem e a disciplina dos alunos (SACCO, 2011, *cit. in* Helena *et all.*, 2016); práticas como puxões de orelha, uso de objetos como pedaços de madeira ou mangueira para bater nas mãos, braços ou nádegas da criança, colocá-la ajoelhada sobre pedrinhas com os braços abertos ou encarregarem-na de limpar a escola, são frequentes no contexto escolar (MED, 2010, *cit. in* Helena *et all.*, 2016).

➤ Abandono e negligência

A negligência é caracterizada pela ausência de cuidados, que os pais devem aos seus filhos, inerentes à suas necessidades a vários níveis como: alimentação, afeição, vestuário, saúde, escolar e social (Alberto, 2010). Por sua vez, Roig (1993, *cit. in* Maia, 2010) considera o abandono como o caso extremo da negligência e que pode suceder devido à ignorância, falta de informação ou formação, pobreza ou incapacidade de os pais cuidarem dos seus filhos. Para Alberto (2010) o extremo da negligência acontece quando o menor é abandonado, chegando a ser rotulado como “menino de rua” ou “menino de ninguém”.

Tendo em vista essas afirmações no âmbito do fenómeno da negligência e abandono de crianças, não se podia deixar de falar do caso específico dos menores em situação de rua, uma situação alarmante e muito presente em Angola, essencialmente nas províncias de Luanda, Benguela e Huíla (Samba, 2007).

Segundo a ONU (1985, *cit. in* Samba, 2007), uma criança em situação de rua é toda a criança, quer seja do sexo feminino ou masculino, que tem a rua como seu meio natural de vida e de sobrevivência, e que, esteja totalmente desprotegida pois não se encontra sob a supervisão e tutela de um adulto responsável. De acordo com Samba (2007), existem dois tipos de crianças em situação de rua em Angola:

- 1- “Crianças na rua”, são aquelas que passam a maior parte do seu dia na rua, entretanto, ao anoitecer, voltam para casa, para a suas famílias com quem mantém laços. Acrescenta-se que estas crianças, realizam diversas atividades comerciais como: venda de bens de consumo, engraxe de sapatos, serviços domésticos, cuidado de outras crianças, a fim de serem remuneradas e ajudarem no sustento das suas famílias ou então para seu próprio proveito; estas são vítimas de vários níveis de negligência e violência por parte dos seus familiares (CIES, 1996, *cit. in* Roca, 1998);

- 2- “Crianças da rua”, são aquelas que acabam por viver na rua, pois o vínculo com os seus familiares ou parentes foi rompido, sendo assim realizam trabalhos não como uma opção, mas sim como um meio de sobrevivência. Estas crianças caracterizam-se por terem entre os 9 e 16 anos de idade, vivem em edifícios em construção ou abandonados de forma instável; a causa principal de estarem nas ruas são os conflitos familiares; para sobreviverem, efetuam atividades de lavagem de carros, venda de jornais e até mesmo a prática da mendicância, no caso das meninas, a sua maioria volta-se para a prostituição ou trabalhos domésticos em casa de terceiros; quando não têm o que comer, muitas recorrem a restaurantes para pedir as sobras e algumas à caixotes de lixo em busca de alimento (Roca, 1998).

Fatores como o desemprego, a pobreza, a violência intrafamiliar, a desagregação e desvinculação familiar, a orfandade, a acusação de feitiçaria, tornam-se as causas principais para os menores abandonarem os lares, sendo na sua maioria crianças do sexo masculino (Samba, 2007).

Roca (1998) refere que, estas crianças, devido a sua condição de vida – “meninos de rua” -, tendo em conta as fragilidades do sistema educativo em Angola, não têm acesso ao sistema formal de educação. O autor afirma que muitas delas não possuem qualquer grau de instrução ou são semianalfabetas, e por fim, não vêm outra alternativa a não ser, trabalhar para o seu próprio sustento. Nesta trajetória, muitos acabam por adotar comportamentos antissociais (Samba, 2007); fazem o consumo de álcool e de outras substâncias psicotrópicas como a ingestão de gasolina, e muitos vêm a sua integridade física a ser ameaçada por agentes policiais que os vêem como marginais (*International Bureau for Children's Rights*, 2016).

Segundo o UNICEF Angola (2015, *cit. in International Bureau for Children's Rights*, 2016).) crianças que se encontram separadas das suas famílias, bem como crianças órfãs, são mais vulneráveis à exploração e trabalho infantil, agressões, privações e abandono escolar.

Podem ainda ser identificadas outras situações de risco como: a) o casamento infantil- 55% das jovens angolanas entre os 15 e 19 anos de idade são mães, sendo que em cada cinco uma é casada (Nielsen, 2012). Esta problemática pode resultar em abandono escolar, risco de serem vítimas de violência doméstica, tanto sexual como



física, pelos seus companheiros (UNICEF 2015 cit. in *International Bureau for Children's Rights*, 2016); b) o abuso sexual infantil- que raramente é reportado ou denunciado aos órgãos da justiça, pois é tido por muitas famílias como um problema familiar, logo, cabe à família a resolução (*International Bureau for Children's Rights*, 2016); c) as dificuldades de acesso aos serviços básicos (saúde, ensino e proteção) devido à precariedade do sistema de registo ao nascimento (Caratão, 2014). O Relatório sobre a Justiça da Criança em Angola revela que até o ano de 2015, apenas 30% de crianças, menores de 5 anos de idade, foram registadas à nascença, dificultando assim os procedimentos relativos à sua proteção (*International Bureau for Children's Rights*, 2016).

Para Samba (2007), as situações de risco e perigo vivenciadas pelas crianças em Angola são resultado de muitos fatores presentes na realidade do país, tais como: a situação da guerra civil, que durou cerca de 40 anos; as desigualdades sociais que se refletem na falta de acesso a políticas básicas de alimentação, educação, saúde, entre outros; fatores que podem ser prejudiciais a saúde como habitações precárias, falta de escolas, lazer e segurança, baixo vínculo familiar por situação de violência intrafamiliar, delinquência e trabalho infantil; a falta de políticas significativas de atendimento a crianças nestas situações; a falta de políticas voltadas a família, sua defesa e proteção.

### **3. A proteção de crianças em Angola**

#### **3.1. O papel do Estado**

A Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 no seu art.º 1, define a criança como “*todo o ser humano menor de 18 anos, salvo, se nos termos da lei lhe for aplicada, atingir a maior idade mais cedo*”. O mesmo conceito não difere do que se encontra na Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança, que define a criança como todo o ser humano com idade não superior a 18 anos, a qual foi ratificada pela República de Angola (Manico, 2017).

O Estado angolano reconhece a criança como detentora de direitos e deveres e consagra os direitos da criança como um Direito Fundamental. De acordo com o art.º 80 n.º 1 da Constituição da República de Angola (2010), é responsabilidade do Estado, da família e da sociedade prestar a devida assistência a criança de forma a assegurar os

seus direitos, bem como a sua proteção contra toda e qualquer situação que coloque a sua vida em perigo, seja através de abuso, maus-tratos, abandono, opressão, discriminação, exploração ou/e exercício de abuso de autoridade. O mesmo artigo refere que as políticas a serem implementadas no âmbito familiar, educacional ou em termos da saúde, devem velar pelo interesse superior da criança.

Para a garantia e a proteção dos direitos da criança, o Estado comprometeu-se a executar diversas ações a níveis político e social e tarefas a serem desenvolvidas em prol da criança através de um conjunto de medidas, os chamados “11 compromissos”, que são:

- 1- Esperança de vida ao nascer;
- 2- Segurança Alimentar e Nutrição;
- 3- Registo de Nascimento;
- 4- Educação da Primeira Infância;
- 5- Educação Primária e Formação Profissional;
- 6- Justiça Juvenil;
- 7- Prevenção e Redução do Impacto do VIH/SIDA nas Famílias e nas Crianças;
- 8- Prevenção e Combate à Violência Contra a Criança;
- 9- Proteção Social e Competências Familiares;
- 10- A criança e a Comunicação Social, Cultura e o Desporto;
- 11- A criança no Plano Nacional e no Orçamento Geral do Estado.

(Manico, 2017)

De acordo com Manico (2017), estes compromissos em prática, são fundamentais para a salvaguarda e proteção dos direitos da criança, nomeadamente: Direito a identidade; Direito a proteção; Direito a justiça; Direito a educação e cuidados; Direito a amor e carinho; Direito a saúde e tratamento especial; Direito a qualidade de vida e direito a igualdade.

De forma a materializar os 11 compromissos, o Estado angolano aprovou a Lei 25/12, sobre a Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança (LPDIC), a 8 de agosto de 2012. Nesta Lei estão contemplados vários diplomas concernentes a promoção e defesa dos direitos da criança na sua totalidade, sua fiscalização e seu cumprimento (Manico, 2017), bem como as regras e os princípios jurídicos referentes à proteção e o

desenvolvimento integral da criança (art.º 1, LPDIC). A LPDIC é de caráter universal, sendo aplicável a todos os menores de 18 anos de idade, que se encontrem a residir no território angolano, independente da raça, cor, etnia, religião e sexo, e prevê a proteção da criança contra toda a forma de violência, maltrato, negligência, discriminação, exploração ou opressão, criminalizando todos estes comportamentos contra as mesmas (art.º 4 e 7, LPDIC).

Relativamente à proteção de menores, a LPDIC (art.º 38), prevê por um lado, as Medidas de Atendimento a Criança, destinadas a proteção de crianças em situação de risco, realizado por intermédio de assistência e orientação social à família, de apoio socioeducativo em regime aberto, da inserção do menor em família de acolhimento ou acolhimento institucional quando necessário, pelos organismos públicos vocacionados e instituições privadas certamente organizadas (o art.º 39, n. 2). Por outro lado, a Proteção Judiciária do menor, que consiste na “*aplicação de medidas tutelares de vigilância, assistência e educação, bem como no combate a delinquência*”, com vista a proteger os direitos do menor em conflito com a lei, podendo ser assim aplicadas as Medidas de Proteção Social ou as Medidas socioeducativas de prevenção criminal (art.º 44, LPDIC).

A proteção judiciária do menor, bem como a sua proteção social, estão previstas na Lei sobre o Julgado de Menores (LJM), aprovada a 19 de abril de 1996, com o reconhecimento do menor como um sujeito de direito (Medina, 2010, *cit. in* Alves, 2015). Neste instrumento legal contém questões relativas a: situações de menores em perigo, situações de menores em pré-delinquência, as medidas tutelares para a proteção do menor e as medidas a serem aplicadas a indivíduos (tutores legais ou não), que violem o dever de proteção social do menor (Massena, 2016).

A LJM no seu art.º 14, descreve que quando as crianças se encontram em situações que colocam em risco ou perigo a sua saúde física ou psicológica e o seu bem-estar, são aplicadas Medidas de Proteção Social, que visam atender e proteger a criança, menor de 18 anos de idade, da situação em que se encontra, ou seja, quando estas:

- a) *Sejam vítimas de maus-tratos físicos, morais, ou de negligência por parte de quem os tenha à sua guarda;*
- b) *Se encontrem em situação de abandono ou desamparo;*
- c) *Se mostrem gravemente inadaptados a disciplina da família e da comunidade;*

- d) *Sejam utilizados como mão de obra e estejam sujeitos a esforços físicos suscetíveis de causar lesões graves;*
- e) *Se dediquem a mendicância, vadiagem prostituição e libertinagem ou façam uso de bebidas alcoólicas ou estupefacientes.*

Ao se verificar a ocorrência destas situações, poderão ser aplicadas as seguintes Medidas de Proteção Social de acordo com o art.º 15 da Lei sobre o Julgado de Menores:

- a) *Permanência em casa dos pais ou tutores ou outros responsáveis mediante acompanhamento do Julgado de Menores;*
- b) *Imposição de regras de conduta;*
- c) *Colocação em família substituta;*
- d) *Matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento de ensino;*
- e) *Inscrição em centro de formação profissional;*
- f) *Requisição de assistência médica, de testes psicotécnicos ou outros;*
- g) *Semi-internamento em estabelecimento de assistência ou educativo;*
- h) *Internamento em estabelecimento de assistência ou educativo.*

Segundo Massena (2016) as Medidas de Proteção Social são aplicadas tendo em vista a situação em concreto de cada caso, de acordo com os princípios de flexibilidade, adequabilidade, diversidade e revogabilidade (art.º 10 n.º 2 LJM).

Por outro lado, a LJM prevê no seu art.º 17, as Medidas de Proteção Judiciária, relativas às situações de menores dos 12 aos 16 anos de idade, em conflito com a lei, visando a sua educação para o direito e a prevenção criminal. São elas: repreensão, imposição de regras de conduta, condenação do menor ou do seu representante legal, em multas, indemnização ou restituições, prestação de serviços a comunidade, liberdade assistida, semi-internamento em estabelecimento de assistência ou educativo, internamento em estabelecimento de assistência ou educativo (Massena, 2016).

Com a aprovação da LJM em 1996, foi instituída a Sala de Julgado de Menores, onde são tratados os assuntos relacionados à infância e juventude no âmbito legal, desde à aplicação de medidas de prevenção criminal e medidas tutelares, o seu acompanhamento à decisão final dos processos (Massena, 2016). Paralelamente a este órgão, existe a Comissão Tutelar de Menores- órgão de caráter não jurisdicional- a

quem compete o exercício de ações de cariz preventivo, com a finalidade de impedir que seja necessária a intervenção judicial, este órgão é também competente por executar as decisões do Julgado de Menores, com a supervisão do Procurador de Menores. (art.º 3º Decreto n. 69/07, 10 de setembro, *cit. in* Massena, 2016). O Instituto Nacional da Criança (INAC), desenvolve um grande papel neste processo, pois dispõe de um gabinete específico voltado à proteção da criança e através deste, elabora e executa projetos para este fim, assim como tem a tarefa de encaminhar os casos que sejam da competência do Julgado de Menores (Alves, 2015).

Existe ainda o Concelho Nacional da Criança, um órgão de caráter social, dotado de personalidade jurídica, autonomia financeira e administrativa, que é responsável por acompanhar e executar as políticas públicas destinadas a promover os direitos da criança, bem como pôr fim as situações suscetíveis de prejudicar a segurança, a saúde, a educação e o desenvolvimento integral da criança. (art.º 2, Decreto Presidencial n.º 187/12). Este órgão é responsável por coordenar o Sistema de Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança, que é constituído por um conjunto de documentos legislativos, serviços e instituições responsáveis por garantir o bem-estar da criança e a salvaguarda dos seus direitos (art.º 53, n. 1, 3 LPDIC). Segundo a LPDIC, no seu art.º 52 n. 2, os autores responsáveis pela garantia da salvaguarda dos direitos da criança, são as Famílias, os Órgãos centrais e locais da administração do Estado, os Órgãos de poder local autónomo, as Entidades do sector empresarial público, as Organizações da sociedade civil, organizações não-governamentais, as igrejas e os Agentes económicos e sociais do sector privado, fazendo então parte do Sistema de Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança.

Em algumas províncias como na Huila, o INAC e o Ministério de Assistência e Reinserção Social (MINARS), têm sido os grandes responsáveis pela proteção dos menores em situação de rua e vadiagem. O MINARS, através da Direção da Criança e do Adolescente, executa políticas de intervenção para a resolução das questões do âmbito de assistência social, educação e desenvolvimento de crianças e adolescentes (Bahu, 2013). Segundo um estudo empírico realizado por meio de entrevista aos técnicos do INAC, por Bahu (2013), o trabalho desenvolvido por estes órgãos do governo, conta com a articulação de outras organizações (tanto governamentais como não governamentais), e passa pelo seguinte processo: em primeiro lugar efetua-se a recolha dos dados, seguidamente faz-se a avaliação da problemática, e em terceiro e

último a implementação de estratégias para o combate e eliminação do problema (que neste caso é dos meninos de/na rua). Porém, o mesmo estudo conclui que tem sido um grande desafio a concretização deste trabalho, pois, devido a crise económica que afetou fortemente o país, muitas organizações deixaram de trabalhar para este efeito.

Pereira (2008) explicou que, no ano de 2000, na cidade de Mbanza Kongo, o governo angolano detetou um número de 400 crianças em situação de rua, ou seja, abandonadas, e a sua maioria eram crianças que foram expulsas de casa ou fugiram devido a acusações de feitiçaria. Tendo em vista esta situação surgiu a “Rede de Proteção da Criança” efeito da parceria entre o INAC com as ONG’S *Cristian Children Fund* (CCF) e a Secção Noruega *Save the Children* (SC-N), com o objetivo de detetar, resolver e prevenir situações de crianças que se encontrassem em risco, não apenas aquelas que eram acusadas de feitiçaria, como casos de maus-tratos, abuso sexual, negligência, violência doméstica, tráfico de crianças e de órgãos, entre outras situações de perigo. Nesta sequência após a formação dos agentes comunitários envolvidos neste projeto foram criados 38 comitês de Proteção à Criança, a nível local constituídos por líderes religiosos, militares, estudantes, enfermeiros e professores; já a nível provincial o comité era constituído pela Justiça Provincial, a Polícia Nacional, Procuradoria e ainda pelos Ministérios da Assistência e Reinserção Social, da Comunicação Social, da Saúde, da Juventude e Desporto e do da Família e Promoção da Mulher, sob a coordenação do INAC. Segundo Soares (2015), este sistema funcionava da seguinte forma: na ocorrência de alguma situação de violência contra a criança efetuava-se a queixa, na qual era responsabilidade da Direção Provincial do INAC confirmar a veracidade da mesma, sendo verdade, delegava o Comité local de desenvolver ações de sensibilização com a família da criança em causa, por outro lado, tratando-se de situação de abandono ou de maus-tratos, o caso deveria ser transmitido aos órgãos policiais e judiciais. O autor refere ainda que, eram realizadas sessões semanais com as famílias, onde era possível transmitir e ensinar acerca dos direitos da criança, e os documentos legais referentes às mesmas, bem como passou a decorrer seminários de formação em desenvolvimento psicossocial infantil.

De acordo com Perez (2006, *cit. in* Soares, 2015), para as entidades governamentais envolvidas neste sistema, as ações da Rede de Proteção da Criança tiveram um grande impacto, pois, grande parte das crianças já não se encontravam a viver nas ruas, assim como notou-se a redução do número de crianças violentadas e

acusadas de feitiçaria, e muitas foram reintegradas novamente nas suas famílias. Contudo esta visão difere das ONG'S e da Igreja Católica, que afirmam que estas mudanças só foram possíveis devido a construção de novas infraestruturas destinadas a acolher as crianças de rua como lares, orfanatos e centros de acolhimento, nos últimos anos.

Embora o Estado angolano tenha empenhado esforços para a proteção da criança angolana contra a violência tendo em vista o seu desenvolvimento integral, muitas têm sido as dificuldades enfrentadas para este efeito, algumas destas dificuldades como aponta Manico (2017), estão relacionadas aos inúmeros fatores de risco presentes como: o baixo número de crianças registadas à nascença relacionado a distribuição de rendimentos, a guerra, o abuso, o trabalho e exploração infantil, a doença, como também, o sistema judicial que ainda não favorece os menores. O autor acrescenta ainda que os grandes pilares na proteção de menores em Angola têm sido as organizações não-governamentais, as igrejas e as instituições do governo.

### **3.2. O papel de Organizações não-governamentais**

#### **➤ Centro de Acolhimento de Crianças Arnaldo Janssen**

O Centro de Acolhimento de Crianças Arnaldo Janssen, também conhecido por CACAJ, é um Centro fundado pela igreja católica em 1993, com o objetivo inicial de acolher crianças que se encontrassem em situação de rua, na altura vindas de toda a parte do país para Luanda, devido a guerra civil (Soares, 20015). Atualmente o Centro acolhe crianças que se encontram a residir nas ruas por diversos motivos, sendo o motivo mais frequente as acusações de feitiçaria contra a criança, que como referido anteriormente, resulta em abandono da criança pela família, ou então a fuga da mesma devido aos maus tratos de que é vítima (Pereira, 2008). De acordo com as informações fornecidas pelo diretor do Centro, estima-se que 68% dos casos presentes no centro são de acusações de feitiçaria, entretanto existem casos em que os familiares levam as crianças ao centro e solicitam institucionalização por variados motivos (dificuldades financeiras, desestruturação familiar, conflitos etc.) Soares (2015).

Importa salientar que a política do acolhimento do Centro se assenta no caráter voluntário, seja por parte do menor ou da família. Neste âmbito, a equipe do CACAJ realiza um trabalho de sensibilização, antes de acolher uma criança, este trabalho de cariz social incorre através de visitas noturnas às crianças que se encontram nas ruas,

onde são efetuadas consultas médicas, jogos educacionais, conversas entre os técnicos e as crianças, e faz-se a distribuição de preservativos (Soares, 2015).

Após a institucionalização, é seguida a fase da reintegração do menor no centro, e posteriormente a reintegração familiar (Soares, 2015). No Centro, foram desenvolvidos vários projetos destinados a criança, designadamente: Energia Solar, Construir, Carpintaria, Alojamento Solidário, Os meninos pintores de Angola, Frentes de Trabalho, Angola contada corporativa e Educacional, assim como são realizados cursos de formação profissional básica nas áreas de artes plásticas, marcenaria, eletricidade, informática, estofos e serralharia, com o propósito de preparar a criança ou jovem para o mercado de trabalho (CACAJ, 2011).

De acordo com Pereira (2008), o Centro efetua as suas atividades com a finalidade de reestruturação familiar, ou seja, através de diversas ações busca reintegrar a criança na família de origem. A autora refere que nos casos em que estas são acusadas de feitiçaria, devido ao carácter cultural do fenómeno, os técnicos procuram, de forma adequada, encontrar a solução do problema incentivando o diálogo, através das entrevistas realizadas com a família da criança, e quando necessário, vizinhos, sendo que em alguns casos, (dependendo das crenças de cada família), as crianças são encaminhadas para tratamentos de “cura”, com pastores das igrejas pentecostais ou com curandeiros tradicionais, mas sempre de forma supervisionada para impedir que esta sofra algum tipo de maltrato. Estão incluídos neste processo, profissionais das áreas da psicologia e da assistência social que têm a tarefa de contactar as famílias dos menores; tratando-se de situações tipificadas na lei penal como ameaças de morte, ou agressão física, são contactadas as autoridades competentes em matéria de crime (órgãos da polícia e o INAC) para agir em conformidade (Pereira, 2008).

Segundo Soares (20015), o Centro conta com a composição de uma equipe multidisciplinar e especializada em cada área de atuação necessária. Sendo assim, existem as seguintes áreas:

- a) Área social- composta por dois assistentes sociais, um psicólogo, um técnico social e duas educadoras sociais. A estes cabe a função social, ou seja, detetar as causas pela qual a criança se encontra na rua, localizar e estabelecer contacto com a família da mesma, bem como, trabalhar nos procedimentos para a reunificação familiar;



- b) Área de Assistência Interna- coordenada por um dos técnicos internos mais velho do Centro, responsabilizado por coordenar as crianças e jovens do centro para a execução de tarefas tendo em vista a manutenção do Centro, desde as arrumações dos compartimentos ao auxílio na confeção dos alimentos. Também, cabe a este a identificação e encaminhamento das crianças que necessitam de apoio educativo.
- c) Área da Saúde- comporta um enfermeiro-chefe, quatro auxiliares de enfermagem e um técnico de laboratório, que conjuntamente têm a responsabilidade de cuidar da saúde dos menores no Centro.
- d) Área de Guarnição- esta área é correspondente ao controlo e segurança do centro, integrada por três guardas, embora a sua característica seja de regime do semiaberto, esta área é de caráter importante, visto que são menores.

Em suma, a ação levada a cabo pelo Centro de Acolhimento de Crianças Arnaldo Janssem “*concentra-se na reintegração da criança acusada à sua família. Para tal tenta adequar práticas e lógicas de diversas ordens: a intervenção social e de empowerment de grupos subalternos, semelhante às conceções das ONGs*” (Pereira, 2008, p. 45).

#### ➤ Kandengues Unidos

O projeto angolano Kandengues Unidos, tem como foco principal a camada da população mais vulnerável, nomeadamente: crianças e adolescentes em situação de risco, mais concretamente aquelas que não têm acesso ao ensino formal e encontram-se em situação grave de marginalidade (Kandengues Unidos, 2012). Assim, são desenvolvidas ações em torno das seguintes atividades: o Ensino alternativo ou Informal. a promoção do associativismo juvenil, o cuidado da primeira infância e a defesa e promoção dos direitos da criança (Kandengues Unidos, 2012).

De acordo com Roca (1998), este projeto tem um grande impacto sobre os meninos que vivem em situação de rua, pois é direcionado a eles, priorizando às crianças da Baixa de Lunda e em segundo às crianças dos musseques do Rocha Pinto (em Luanda). O autor refere que as ações direcionadas às crianças em situação de rua, têm como finalidade, prepará-las para as situações difíceis a que estão constantemente expostas no contexto em que se encontram, através da capacitação individual e ajuda na

descoberta das suas habilidades pessoais, tendo em vista a construção de um futuro melhor para as mesmas, de maneira a facilitar a sua integração na sociedade.

Outra causa levada a cabo por este projeto, evidenciada por Roca (1998), é relativa ao ensino ou educação para as crianças através dos seguintes métodos:

- 1- Os técnicos do projeto procuram conhecer e avaliar as problemáticas e necessidades de cada criança e cada grupo através da interação ativa e direta com os beneficiários do projeto;
- 2- São concedidas às crianças a educação básica de maneira informal, onde estas aprendem a escrever, a ler, a resolver cálculos básicos, bem como aquisição de algumas competências relacionadas a artes e ofícios;
- 3- Por meio do projeto “educação para a vida”, as crianças são dotadas de conhecimentos acerca da higiene pessoal, de comportamentos a adquirir em determinadas situações, e acerca dos seus direitos civis.

Como resultado deste projeto, muitas crianças em situação de rua, desenvolveram várias competências em diversos níveis da vida; algumas, pela tamanha vontade de estudar, foram inseridas no sistema formal de educação, muitas aprenderam a produzir trabalhos de artesanato, costura e outros; aprenderam regras de convivência e o respeito a autoridade (Roca, 1998).

São levadas a cabo atividades como a formação dos técnicos do projeto, do MINARS e de outras Organizações destinadas a crianças, a prevenção da violência contra menores, a produção de materiais didáticos, apresentações de obras sobre as “crianças de rua”, a promoção de pequenos projetos para as crianças em situação de rua e outros (Roca, 1998).

#### ➤ O UNICEF, Angola

Relativamente a proteção da criança angolana, o UNICEF conta com um programa denominado “Programa de Proteção da Criança do UNICEF Angola”, que consiste em garantir um ambiente seguro para crianças e adolescentes, protegendo-os contra toda a forma de violência e maus-tratos (Carvalho, 2015). Este programa assenta em três pilares:

O primeiro é denominado “Violência contra a criança” - através deste subprograma, procura-se diminuir as ameaças de violência, exploração, abuso, exclusão, negligência e discriminação contra os menores em Angola; e isto através da promoção, proteção e prevenção dos direitos da criança; apoio nas estratégias de resposta à

problemática da violência infantil, através da efetivação de meios de denúncia e alerta; apoio na restauração e eficiência das redes de proteção existentes; fortalecimento do sistema de prevenção de resposta à violência; e por último articulação com as Instituições de apoio à criança, com o objetivo de sensibilizar a sociedade para as práticas que podem ser prejudiciais ao desenvolvimento infantil, informando sobre os direitos da criança e a violação destes (Noorani, 1996).

O segundo é o “Registo de nascimento”- este subprograma em conformidade com os um dos 11 compromissos, assenta em auxiliar o Governo angolano na prestação dos serviços de registo de nascimento para todas as crianças sem exceção; as estratégias baseiam-se em: aumentar os pontos de registos de nascimento; simplificar o sistema e a legislação do registo de nascimento, com vista abranger o serviço a todos; formar novos assistentes sociais para efetuar o registo fora dos hospitais; disponibilizar recursos e capacitar profissionais para planificar, gerir e supervisionar este serviço (Caratão, 2014).

E o terceiro e último, designado “Justiça para a criança” - embora a legislação referente a justiça juvenil seja desenvolvida, Pinto (2015) afirma que a prestação aos serviços de justiça para os menores em Angola, é ineficiente, pois não é acessível a todos. Neste âmbito, o subprograma propõe revigorar a moldura política e legal; habilitar os profissionais do sistema de justiça infantil; e sensibilizar a sociedade no que diz respeito à violação dos direitos da criança, para promover um ambiente seguro para as mesmas (Pinto, 2015).

## **1- Caracterização do sistema de proteção de menores em Portugal**

No caso de Portugal, para a proteção de crianças e jovens em situação de perigo, foi criada, em 1999 com a reforma do sistema de proteção à infância e juventude, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), que tem por objeto “*a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral*” (art.º 1, LPCJP).

De acordo com o art.º 3, nº 1 da LPCJP, a intervenção para a salvaguarda dos direitos e a proteção da criança e do jovem, tem lugar quando a sua saúde, educação, segurança, formação ou desenvolvimento são postas em perigo por ação ou omissão dos

seus representantes legais, de terceiros ou da própria criança, ou seja, quando a criança ou jovem:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;*
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;*
- c) Não recebe os cuidados ou afeição adequados à sua idade e situação pessoal;*
- d) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercido pelos pais das suas funções parentais;*
- e) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;*
- f) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;*
- g) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.*

*(art.º 3 n. 2 LPCJP, p. 2)*

Mediante a estas situações, têm legitimidade para intervir, como instância em primeira linha, as entidades competentes em matéria da infância e juventude, nomeadamente: hospitais, escolas, a Santa Casa da Misericórdia, IP e o Instituto de Segurança Social, realizando uma intervenção primária e secundária (art.º 6 LPCJP, *cit. in* Carvalho, 2015). Quando estas entidades atuam de forma inadequada e insuficiente, não se verificando a remoção do perigo em que menor se encontra, cabe às CPCJs a legitimidade de intervir (art.º 8 LPCJP).

As CPCJs procuram através das suas ações, remover o perigo em que a criança ou jovem se encontra, de forma a evitar uma intervenção judicial (Fonseca e Tomás, 2004). Esta intervenção está condicionada a dois pressupostos: o primeiro é relacionado ao consentimento informado prestado pelos pais ou representante legal do menor, e o segundo refere-se a não oposição do jovem maior de 12 anos de idade à referida intervenção (art.º 9 e 10 LPCJP). Ao se verificar o não consentimento ou a retirada do consentimento dos envolvidos no processo, o caso é remetido ao Tribunal de Família e

Menores (Fonseca e Tomás, 2004). Para uma melhor atuação, a CPCJ conta com o auxílio de profissionais de várias áreas como da saúde, educação, tribunais, psicólogos, familiar, de modo a acompanhar o menor em todas as esferas da sua vida, efetuando uma intervenção completa e eficaz (Fonseca e Tomás 2004).

Em última instância, temos a intervenção judicial, que segundo os termos do art.º 11 da LPCJP, tem lugar quando: não exista uma CPCJ na área de residência da respetiva família; os pais ou representantes não tenham dado o consentimento para a intervenção da CPCJ, ou o tenham retirado; o jovem menor de 12 anos de idade apresente a sua oposição à intervenção; não seja possível a aplicação de uma medida por parte da Comissão por falta de meios necessários; por decisão do Ministério Público, se verificar que a ação da Comissão é ilegal ou imprópria; não se verifica a obtenção do acordo de promoção e proteção; se verifica o incumprimento da medida por parte dos familiares ou do menor; os pais ou a criança solicitem a ação judicial (art.º 11, LPCJP).

A intervenção das entidades competentes em matéria de infância e juventude, as Comissões de Proteção e o Tribunal de Família e Menores, é orientada com base nos seguintes princípios: o interesse superior da criança; privacidade; intervenção precoce; intervenção mínima; proporcionalidade e atualidade; responsabilidade parental; prevalência da família; obrigatoriedade da informação; subsidiariedade; audição obrigatória e participação; primazia da regularidade das relações psicológicas profundas (art.º 4, LPCJP).

Segundo a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2016), qualquer pessoa ou entidade que tiver o conhecimento de alguma situação que afete o normal desenvolvimento e bem-estar do menor, colocando a sua integridade física ou psicológica em perigo, deve sinalizar às entidades competentes em matéria de infância e juventude, às CPCJs, às Forças policiais ou a autoridades judiciária.

## **II- Estudo empírico**

O presente estudo será realizado em Angola, onde, como foi possível verificar no decorrer deste trabalho, a problemática de crianças em situação de risco/perigo, tem crescido consideravelmente. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística em Angola (2004), em 1998, foram acompanhadas 2979 crianças em situação de risco,

aumentado este número para 9504, no ano de 2001 (*cit. in* Cardoso, 2014). Diante desta situação, surgem questões como:

- Como tem sido a intervenção do Sistema de proteção de menores em situação de perigo ou risco em Angola? esta intervenção tem sido adequada e eficaz para cada situação em concreto? estas crianças têm beneficiado das políticas de proteção na sua íntegra?

## **1. Objetivos do estudo**

Este estudo tem como objetivo geral, perceber o funcionamento do Sistema de proteção de menores em Angola na prática, bem como a estrutura das políticas de proteção de menores, mais especificamente àqueles que se encontram em situações de perigo (maus-tratos, abuso sexual, abandono, negligência, exploração, trabalho infantil, etc.), e igualmente compreender se estas têm sido proporcionais, adequadas e eficazes no contexto em que se encontram.

Desta forma, os objetivos específicos deste estudo são: a) perceber a conceção dos profissionais que trabalham no âmbito da proteção de menores em Angola, acerca das situações de perigo para crianças; b) Perceber junto dos profissionais, o processo de atuação na proteção de menores desde a identificação da problemática à sua resolução, bem como se as metodologias utilizadas coincidem com as que estão estabelecidas na legislação; c) identificar as dificuldades face a proteção de menores no contexto angolano.

## **2. Metodologia**

Tendo em vista os objetivos descritos, para a sua realização, este estudo baseia-se na investigação de carácter qualitativo, utilizando a metodologia de entrevista semiestruturada. A escolha desta metodologia prendeu-se ao facto de esta possibilitar a recolha de informações junto das entidades que trabalham diretamente no âmbito da proteção de menores no país, de forma abrangente, sendo que estas têm um conhecimento mais aprofundado sobre o assunto (Aires, 2015). O tratamento dos dados será efetuado com base na análise do conteúdo (Bartelmebs, 2013).

### **3.3. Participantes**

Os critérios para a seleção dos participantes deste estudo, serão baseados na experiência profissional dos participantes nas áreas relacionadas à proteção de menores

em Angola e na área de formação. Tendo em vista que o estudo será realizado em Angola, o estudo compreenderá participantes das províncias de Luanda, Benguela e Huíla, pois contemplam um maior número de habitantes em relação às outras. Assim, a amostra será composta por 20 profissionais das áreas do Direito, Sociologia, Psicologia, Assistência Social, Ciências da educação e Educação para infância, de ambos os sexos e de diferentes idades, que estejam inseridos no sistema de proteção de menores, exercendo a sua profissão, há um ano no mínimo, pois importa que estes tenham alguma experiência profissional para cumprir com os objetivos da pesquisa.

### **3.4. Instrumentos**

Relativamente ao instrumento, optou-se pela entrevista semiestruturada, pois, embora o investigador tenha de conduzir a entrevista com base nas questões antes definidas, este método é flexível, na medida em que permite ao investigador abordar questões adicionais, caso este pretenda perceber melhor determinados assuntos (Boni e Quaresma, 2005). Desta forma, será possível realizar um estudo mais aprofundado, sem desviar-se dos objetivos do estudo.

O guião de entrevista está organizado por três grupos de questões, relacionadas a cada objetivo específico do estudo.

Sendo assim, o primeiro grupo contém 3 perguntas relacionadas ao primeiro objetivo –perceber a conceção dos profissionais que trabalham no âmbito da proteção de menores em Angola, acerca das situações de perigo para crianças-; o segundo 4 questões referentes ao segundo objetivo- perceber junto dos profissionais, o processo de atuação na proteção de menores desde a identificação da problemática à sua resolução, bem como se as metodologias utilizadas coincidem com as que estão estabelecidas na legislação-; e o terceiro grupo, 2 questões relacionadas ao último objetivo- identificar as dificuldades face à proteção de menores no contexto angolano; totalizando assim 9 questões.

### **3.5. Procedimentos**

Para a realização desta pesquisa, será necessário ter em atenção, os princípios éticos e deontológicos relativos a mesma, especificamente o consentimento informado, a confidencialidade e anonimato, tendo em vista proteção da identidade dos sujeitos participantes do estudo.

Neste sentido, irá se proceder ao contato à Direção de cada instituição alvo participante do estudo (INAC, MINARS, Tribunal de Família, CNAC), solicitando a autorização para a realização do estudo por meio da entrevista semiestruturada aos profissionais das instituições, e também informar acerca dos aspetos relacionados ao estudo, como os objetivos, método a utilizar e as finalidades da pesquisa; a esta documentação serão anexados os termos de consentimento informado. No caso de obtenção de resposta afirmativa, iremos prosseguir com a marcação do dia, hora e local da entrevista. Previamente à entrevista será disponibilizado aos participantes o consentimento informado; a entrevista será realizada de forma individual, anónima e semiestruturada, devido as dificuldades quanto a aceitação da utilização deste instrumento pelo Governo angolano (Manzini, 204, *cit. in* Daniel, 2012), e será utilizado um aparelho para gravar os conteúdos. Inicialmente será feita uma apresentação introdutória acerca dos parâmetros da entrevista aos participantes, procurando, ao mesmo tempo, deixá-los confortáveis de modo a facilitar o processo da recolha de dados; em segundo lugar, iríamos ao centro da entrevista seguindo às questões do estudo em causa, e finalmente à conclusão.

#### **4. Apresentação e discussão dos resultados expectáveis**

A apresentação dos resultados para o presente estudo, será fundamentada na pesquisa da revisão bibliográfica acerca do tema em causa.

Tendo em vista os objetivos do estudo e a metodologia utilizada, espera-se a obtenção de conteúdos que sejam proveitosos para a respetiva análise do estudo em causa, que permitirá alcançar os objetivos definidos inicialmente. Considera-se que a utilização da entrevista semiestruturada como método de estudo, permitirá uma melhor amostra da população em interesse, uma vez que os participantes serão profissionais das diversas áreas relacionadas à proteção de menores em Angola, e tendo em vista a flexibilidade do instrumento, possibilitará aos entrevistados fundamentarem e aprofundarem as suas respostas, e ao investigador explorar sobre do assunto.

Após a recolha, os dados serão tratados com base na análise do conteúdo, seguindo assim à categorização dos dados que permitirá organizar, distinguir, unificar, classificar e autenticar as respostas (Bartelmebs, 2013).

O presente estudo, procura perceber o fenómeno do sistema e as políticas de proteção de menores em Angola, num todo, tendo em vista a sua adequabilidade,



proporcionalidade e eficácia no contexto angolano. Surge também a necessidade de se identificar os fatores presentes, que dificultam o processo de proteção das crianças angolanas.

## **5. Conclusão**

Com o presente trabalho conclui-se, que o fenómeno da proteção de crianças em Angola é de carácter recente, visto que só a partir dos anos 90, com a participação do Presidente da República, na altura José Eduardo dos Santos, na Cimeira Mundial pela infância, a questão dos direitos da criança bem como a sua proteção, ganhou grande relevância (Manico 2017). Este encontro, foi um marco para a história da infância em Angola, pois partir daí, começaram a surgir novos documentos legislativos nomeadamente, os compromissos para com a criança, a Lei de Julgado de Menores (em 1996), a Lei sobre a Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança (em 2012), entre outros.

Apesar do considerável avanço, existem ainda muitas debilidades para efetiva proteção de menores em Angola, devido a muitos fatores como a situação de pós-guerra que deixou grandes marcas dificultando o desenvolvimento do país a níveis da educação, segurança, económico-financeiro, a situação da desestruturação familiar, as desigualdades sociais, a má distribuição de recursos, as situações de perigo a infância continuam muito presentes no país (Samba, 2007). Todavia, evidencia-se que o papel das organizações não-governamentais a nível nacionais e os apoios internacionais, têm sido fundamentais na promoção dos direitos e proteção das crianças angolanas (Manico, 2017).

Atualmente já se verificam alguns estudos elaborados retratando a temática do risco e do perigo na infância e juventude, e o surgimento de muitas organizações não-governamentais, constituída por jovens, que não foram referidas neste trabalho, e que têm causado um grande impacto por meio das plataformas digitais, chamando particularmente a atenção sobre a existência situações de crianças vítimas de variados tipos de maus-tratos, e apresentando uma solução que não parte do Governo, mas sim da sociedade em geral. Desta forma, considera-se que existe ainda, um grande caminho a percorrer no que diz respeito à proteção de menores em Angola, e a promoção dos seus direitos.

Ao mesmo tempo, considera-se que a proteção dos direitos da criança, continua a ser uma responsabilidade das famílias, do Estado e da sociedade, contra toda a forma de maus-tratos e situações suscetíveis de afetar a sua saúde, segurança e bem-estar, é responsabilidade do Estado, da família e da sociedade (como refere o art.º 80 n. 1 da Constituição da República, 2010).

## Referências bibliográficas

Aires L. (2015). Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional. [Em linha]. Disponível em: <[https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2028/4/Paradigma\\_Qualitativo%20%281ª%20edição\\_atualizada%29.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2028/4/Paradigma_Qualitativo%20%281ª%20edição_atualizada%29.pdf)> [Consultado em 17/10/2019].

Alberto I., (2010). *Maltrato e Trauma na Infância*. Edições Almedina, SA, Coimbra.

Albuquerque C. Almeida H., Santos C. (2014) Intervenção sociojurídica com crianças em perigo em Portugal: eixos de um sistema multifacetado. *Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP* v. 13, n. 2 (18) p. 225-244. [Em linha]. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634902/2800>> [Consultado em 10/10/2019].

Alves M. (2015). O abuso de menores em Luanda, Perceções e conceções do sistema acerca da proteção social e do ordenamento sociojurídico. [Em linha] Disponível em <<https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4845/3/TESE%20-%20MARILENEALVES.docx.pdf>> [consultado em 28/05/2019].

Bahu U. (2013). Crianças e jovens de/na rua. O caso do município do Lubango. [Em linha]. Disponível em <<file:///C:/Users/Media/Downloads/URANIA%20DE%20FATIMA%20DE%20OLIVEIRA%20FRANCISCO%20BAHU.pdf>> [consultado em 02/09/2019].

Bartelmebs R. (2013). Analisando os dados de pesquisa qualitativa. [Em linha]. Disponível em: <[http://www.sabercom.furg.br/bitstream/1/1453/1/Texto\\_analise.pdf](http://www.sabercom.furg.br/bitstream/1/1453/1/Texto_analise.pdf)> [Consultado em 17/10/2019].

Caratão B. Unicef Angola (2014). Registo de Nascimento. [Em linha]. Disponível em: <<https://www.unicef.org/angola/registo-de-nascimento>> [Consultado em 02/09/2019].

Cardoso F. (2014). Análise Médico-legal de queimaduras em crianças. A propósito do abuso físico em Angola. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/31500>> [Consultado em 20/07/2019].

Carvalho A. (2015). Proteção de crianças e jovens em Portugal. [Em linha]. Disponível em: <[https://run.unl.pt/bitstream/10362/16764/1/Carvalho\\_2015.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/16764/1/Carvalho_2015.pdf)> [Consultado em 13/06/2019].

Carvalho C., Unicef Angola (2015). Proteção da Criança. [Em linha]. Disponível em: <<https://www.unicef.org/angola/proteccao-da-crianca-0>> [Consultado em 25/09/2019].

Centro de Acolhimento de Crianças Arnaldo Janssen (2011). Disponível em: <<http://cacaj-luanda.blogspot.com/p/cacaj.html>>. [Consultado em 02/08/2019].

Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco. [Em linha]. Disponível em <<https://www.cnpdpcj.gov.pt/cpcj/o-que-sao.aspx#ponto2>>. [consultado em 02/05/2019].

Constituição da República de Angola (2010). Disponível em: <<https://www.unicef.org/angola/legislacao-sobre-os-direitos-das-criancas-de-angola>> [Consultado em 01/08/2019].

Cunha O., Fator de Risco *in*: Maia R. *et all.* (2016) *Dicionário Crime Justiça e Sociedade*. Lisboa, Edições Sílabo, LDA, pp. 211.

Cunha O., Fator Protetor *in*: Maia R. *et all.* (2016) *Dicionário Crime Justiça e Sociedade*. Lisboa, Edições Sílabo, LDA, pp. 213.

Daniel E. (2012). Políticas de Proteção de Menores em Angola: a Influência Cultural na Conceção e Intervenção no Trabalho Infantil Exploratório. [Em linha] Disponível em <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6141/1/TESE%20ELISA%20BEATRIZ%20DANIEL.pdf>> [consultado em 28/05/2019].

Diário da República, órgão oficial da República de Angola. (1996). Lei n.º 9/96 de Julgado de Menores. [Em linha]. Disponível em: <<https://www.unicef.org/angola/sites/unicef.org/angola/files/2018-06/Lei%20-%20Julgado%20de%20Menores.pdf>> [Consultado em 10/07/2019]

Diário da República. (2012). Regulamento do Conselho Nacional da Criança. I série- n.º 160- de 20 de agosto de 2012.

Fonseca D. e Tomás C. (2004). O papel das Comissões de Proteção de Menores em Portugal. [Em linha]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/dados/v47n2/a07v47n2.pdf>> [Consultado em 15/05/2019].

Gomes M. (2017). Taxa de fecundidade no país é a mais alta no mundo. *Jornal de Angola*. [Em linha]. Disponível em: <[http://jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/taxa\\_de\\_fecundidade\\_no\\_pais\\_e\\_das\\_mais\\_altas\\_do\\_mundo](http://jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/taxa_de_fecundidade_no_pais_e_das_mais_altas_do_mundo)> [Consultado em 05/10/2019]

Instituto Nacional de Estatística, Ministério da Saúde, The DHS Programa e ICF (2017). Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde 2015-2016. Disponível em: <<https://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR327/FR327.pdf>> [Consultado em 01/08/2019].

International Bureau for Children's Rights. (2016). Relatório sobre o sistema de justiça para crianças em Angola. [Em linha]. Disponível em: <<https://www.unicef.org/angola/media/1771/file/Relatório%20sobre%20o%20Sistema%20de%20Justiça%20para%20Crianças%20em%20Angola.pdf>> [Consultado em 05/10/2019].

Kandengues Unidos. (2012). Disponível em: < <http://candengues-unidos.blogspot.com/2012/07/historia-kandenguesunidos-e-uma.html>> [Consultado em 02/08/2019].

Lei nº 25/12 de 22, de agosto. Lei Sobre a Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança. Disponível em: <[unicef.org/angola/legislacao-sobre-os-direitos-das-criancas-de-angola](http://www.unicef.org/angola/legislacao-sobre-os-direitos-das-criancas-de-angola)> [Consultado em 10/07/2019].

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Maia J. e Williams L. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área [Em linha]. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v13n2/v13n2a02.pdf>> [consultado em 20/05/2019].

Manico J. (2017) A situação dos direitos da criança em Angola: compromissos e desafios. [Em linha] <<https://ilpi.org/wp-content/uploads/2017/06/A-situacao-dos->

[direitos-da-crianca-em-Angola-compromissos-e-desafios.pdf](#)> [consultado em 20/05/2019].

Manita C., Perigo in: Maia R. et all. (2016) *Dicionário Crime Justiça e Sociedade*. Lisboa, Edições Sílabo, LDA, pp. 454.

Masena A. (2016) O Direito da família e dos menores em Angola. Organização Judiciária – Direito Interno – Instrumentos Internacionais. [Em linha]. Disponível em <[http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/eb\\_Direito\\_Familia\\_Menores\\_Angola.pdf?id=9&username=guest](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/eb_Direito_Familia_Menores_Angola.pdf?id=9&username=guest)> [consultado em 23/06/2019].

Montano T. (2006). Guia de orientações para os profissionais da Educação na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo [Em linha] Disponível em <[https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EPIPSE/\\_guias\\_guia\\_educacao.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EPIPSE/_guias_guia_educacao.pdf)> [consultado em 20/05/2019].

Noorani, Unicef Angola (1996). Violência contra a criança. [Em linha]. Disponível em: < <https://www.unicef.org/angola/violencia-contra-crianca> > [Consultado em 02/09/2019].

Pereira L. (2008). Crianças feiticeiras: reconfigurando família, igrejas, Estado no pós-guerra angolano. [Em linha. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rs/v28n2/a03v28n2.pdf>> [consultado em 29/05/2019].

Pinto S., Unicef Angola (2015). Justiça para a criança. [Em linha]. Disponível em: <<https://www.unicef.org/angola/justica-para-criancas>> [Consultado em 02/09/2019].

Projeto Criar (2014). *Manual De Boas Práticas Para As Comissões De Proteção De Crianças E Jovens (e Todas As Entidades Que Trabalham Em Prol dos Direitos Das Crianças)*. Depósito Legal, ISBN.

Quaresma V. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC* Vol. 2 nº 1 (3), p. 68-80. [Em linha]. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>> [Consultado em 17/10/2019].

Roca Z. (1998). Crianças de rua em Angola: alternativas à exclusão educacional. Disponível em: <<http://handle.net/11067/4038>> [Consultado em 15/09/2019].

Sacco A. *Et all.* (2016). “Se não bater, não aprende”: educação e direitos da criança e do adolescente em Angola. *Educação*, vol. 39, núm. 1, pp. Undefined-undefined [Em linha]. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/848/84846355003.pdf>> [consultado em 19/09/2019].

Samba S. (2007). O processo da educação social nas instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de perigo em luanda. [Em linha]. Disponível em <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17860/1/Samba.pdf> > [consultado em 23/06/2019].

Sani A., (2002). *As crianças e Violência Narrativas de crianças vítimas e testemunhas de crimes*. Quarteto Editora, Coimbra.

Soares P. (2015). Um estudo etnográfico sobre o acolhimento e reintegração social de crianças acusadas de feitiçaria em Angola. [Em linha]. Disponível em: <[https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/12314/1/tese\\_PedroPestanaSoares\\_rev\\_baixadef.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/12314/1/tese_PedroPestanaSoares_rev_baixadef.pdf)> [Consultado em 15/09/2019].

Unicef Angola (2010). Relatório anual 2010. [Em linha]. Disponível em: <[https://www.unicef.org/infobycountry/files/UNICEF\\_Angola\\_AR2010-port.pdf](https://www.unicef.org/infobycountry/files/UNICEF_Angola_AR2010-port.pdf)> [Consultado em 10/08/2019].

# Anexos



## **Anexo I - Guião de entrevista**

1. Perceção dos profissionais sobre as situações de perigo em Angola:
  - 1.1.O que constitui para si uma infância em perigo em Angola?
  - 1.2.De acordo com a sua experiência profissional poderia descrever que situações de perigo têm sido mais frequentes?
  - 1.3.Que ações de proteção são mais utilizadas no âmbito da proteção de menores em perigo?
  
2. Eficácia do sistema:
  - 2.1.Como funciona o sistema de proteção de menores na prática?
  - 2.2. Pode especificar como ocorre o processo de intervenção, desde a denúncia à resolução do problema?
  - 2.3. Qual o papel dos técnicos na proteção de menores?
  - 2.4.No seu ponto de vista, acha que as políticas de proteção de crianças correspondem de forma suficiente para a remoção do perigo em que os menores se encontram? Justifique.
  
3. Dificuldades face à intervenção:
  - 3.1.De que forma os técnicos lidam com este fenómeno no dia a dia?
  - 3.2.Acredita que hajam barreiras para a efetiva proteção de menores em Angola? Se sim, poderá descrever que dificuldades são?

## **Anexo II- Solitação de autorização**

**Meritíssimo Juíz Presidente**

**Do Tribunal de Julgado de Menores**

**Luanda**

Eu, Imaculada Berit Chicomo Teca, angolana, estudante do 1º Ciclo de estudos em Criminologia, na Universidade Fernando Pessoa, no Porto, no âmbito do projeto de graduação, gostaria de realizar uma pesquisa sobre o Sistema de proteção de menores em Angola, com o objetivo de perceber a estrutura e o funcionamento do mesmo, quer na prática, como na intervenção dos órgãos ligados a protecção do menor, solicito a autorização para abordar profissionais ligados a área de Protecção de Menores em Angola, para uma entrevista relativa ao tema. Visto que fazem parte deste sistema os magistrados da instituição que a Meritíssima mui bem dirige. Junto, remeto o termo de consentimento informado.

Mais informo que serão assegurados o anonimato e confidencialidade dos resultados obtidos.

Mostro-me ainda disponível para prestar todos os esclarecimentos que entender necessários e, como tal, deixo o meu contacto de correio eletrónico: [berithteca10@gmail.com](mailto:berithteca10@gmail.com)

Sem mais outro assunto e cõscia de que tal pretensão merecerá a devida atenção, reitero os mais altos cumprimentos de respeito.

Porto, 24 de outubro de 2019

A Aluna,

---

### **Anexo III- Solicitação de autorização**

**Exmo Senhor Diretor do Concelho**

**Nacional da Criança**

**Luanda**

O meu nome é Imaculada Berit Chicomo Teca, sou aluna do último ano do 1º Ciclo de estudos em Criminologia da Universidade Fernando Pessoa, no Porto. Como trabalho de conclusão da licenciatura, gostaria de realizar um estudo sobre o Sistema de proteção de crianças em Angola, cujo o objetivo é perceber junto dos profissionais vocacionados, o funcionamento e a estrutura das políticas de proteção. Serão alvos desta pesquisa, profissionais integrantes do Sistema de proteção de menores, mais especificamente, do Concelho Nacional da Criança, do Ministério de Assistência e Reinserção Social e do Instituto Nacional da Criança. O estudo será conduzido mediante uma entrevista semi-estruturada aos participantes do estudo, com o intuito de recolher informações referentes ao tema. Para este efeito, gostaríamos de solicitar a sua colaboração e autorização para referido estudo. Junto, remeto o termo de consentimento informado

Mais informo que serão assegurados o anonimato e confidencialidade dos resultados obtidos.

Mostro-me ainda disponível para prestar todos os esclarecimentos que entender necessários e, como tal, deixo o meu contacto de correio eletrónico: [berithteca10@gmail.com](mailto:berithteca10@gmail.com)

Porto, 24 de outubro de 2019

A Aluna,

---

#### **Anexo IV- Pedido de consentimento informado**

**Exmo(a) Senhor(a)**

No âmbito do projeto de graduação para conclusão da licenciatura em Criminologia, na Universidade Fernando Pessoa, estamos a desenvolver um trabalho de pesquisa, com o objetivo de conhecer e perceber o funcionamento do sistema de proteção de menores em Angola, bem como a estrutura das políticas do mesmo, junto dos profissionais do âmbito da referida área.

O nosso projeto busca perceber a concepção dos profissionais que trabalham no âmbito da proteção de menores em Angola, acerca das situações de perigo para crianças; perceber junto dos profissionais, o processo de atuação na proteção de menores desde a identificação da problemática à sua resolução, bem como se as metodologias utilizadas coincidem com as que estão estabelecidas na legislação e identificar as dificuldades face a proteção de menores no contexto angolano.

Deste modo, solicitamos a sua colaboração para participar do referente estudo, através da administração de uma entrevista, que será gravada em áudio. Informamos que os dados recolhidos serão tratados de forma anónima e confidencial, sendo apenas utilizados para este estudo. A sua participação é livre e voluntária, dependente da sua autorização, que é concedida através da assinatura deste documento.

A aluna,

Imaculada Berit Chicomo Teca

Eu \_\_\_\_\_consinto a minha participação deste estudo, intitulado “Sistema de proteção de menores em Angola”, realizado no âmbito da obtenção do Grau de licenciatura em Criminologia, pela aluna Imaculada Berit Chicomo Teca, pela Universidade Fernando Pessoa, sob a orientação da Professora Doutora Sónia Caridade. Mais declaro ter sido informado dos propósitos e termos em que decorrerá este estudo.

O entrevistado

---

